



**O COMBATE CONTRA A POBREZA:
Concentrando as Nossas Acções no Distrito**

**Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio
Guebuza, Presidente da República de Moçambique,
sobre o Estado Geral da Nação**

Maputo, 22 de Junho de 2009

Sua Excelência Senhor Presidente da Assembleia da República,
Excelentíssima Senhora Primeira - Ministra,
Venerando Presidente do Tribunal Supremo,
Venerando Presidente do Conselho Constitucional,
Venerando Presidente do Tribunal Administrativo,
Digníssimo Procurador Geral da República,
Senhores Membros do Conselho de Ministros,
Senhores Vice-Ministros,
Senhores Membros do Corpo Diplomático,
Senhores Deputados da Assembleia da República,
Senhores Dirigentes e Membros de Partidos Políticos,
Senhores Dirigentes e Membros de Organizações da Sociedade Civil,
Distintos Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Excelências,

1. É com justificada e renovada emoção, que nos dirigimos a Vossas Excelências Senhores Deputados e, por vosso intermédio, ao maravilhoso Povo Moçambicano para apresentar a Informação sobre a Situação Geral da Nação em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 159 da Constituição da República de Moçambique.
2. Sendo esta Comunicação à Nação, a última no mandato que está prestes a terminar, honra-nos que o estejamos a fazer em plenas comemorações do Ano Eduardo Mondlane, Arquitecto da Unidade Nacional, que já no longínquo ano de 1962, com a sua invulgar sabedoria, visionava um Moçambique independente, livre do jugo colonial e da pobreza. Para nós, os seus ideais constituíram, constituem e constituirão sempre fonte inesgotável de inspiração na construção da nossa Pátria Amada.
3. A apresentação desta comunicação constitui, para nós, um momento privilegiado para informar ao País, sobre a vida da Nação a vários níveis, particularmente sobre a crescente melhoria da qualidade de vida no nosso belo Moçambique e das oportunidades criadas para a realização individual, familiar e colectiva.
4. Transcorridos mais de quatro anos da nossa governação, apraz-nos constatar que esta sublime e nobre forma de comunicação com a Nação Moçambicana tem-nos proporcionado gratificantes e inesquecíveis lições de aprofundamento da democracia multipartidária, de Unidade Nacional e de promoção da cultura de paz. Por isso, queremos saudar o Povo Moçambicano, do Rovuma ao Maputo, e do Índico ao Zumbo, pela sua entrega resoluta às acções de desenvolvimento e, sobretudo, pela sua inestimável contribuição na manutenção do clima de paz. Saudamos, de forma particular:
 - ❖ o nosso Parlamento, pela contribuição na nobre acção legislativa, decisiva na aceleração do passo que estamos a imprimir na luta contra a pobreza;
 - ❖ os nossos Ilustres Deputados, pelo louvável trabalho realizado nos Círculos Eleitorais, nas Bancadas, nas Comissões de Trabalho e no Plenário;

- ❖ os partidos políticos, com ou sem representação parlamentar, que no exercício da liberdade de expressão, têm dado o seu contributo:
 - na consolidação da Unidade Nacional;
 - na construção do Estado de Direito Democrático;
 - no aprofundamento da democracia multipartidária;
 - na promoção da cultura de paz;
 - no aprofundamento do debate pluralista sobre as questões nacionais e na procura de soluções para os seus principais desafios; e
 - na promoção dos valores da moçambicanidade, da auto-estima e da consciência patriótica.

- ❖ os nossos Combatentes da Luta de Libertação Nacional que, uma vez mais, inspirados nos ideais de Eduardo Mondlane, têm dado o seu contributo e transmitido as suas experiências às novas gerações para que a luta contra a pobreza resulte num Moçambique mais próspero, solidário e coeso;

- ❖ as Forças da Defesa e Segurança pela manutenção da Lei, Ordem e Tranquilidade Públicas e na Defesa da Soberania;

- ❖ os nossos camponeses, trabalhadores e empresários, nos vários ramos de actividade, pela forma árdua e dedicada com que têm contribuído para a criação da riqueza e do bem estar na Família Moçambicana;

- ❖ as instituições do Estado e os respectivos funcionários, particularmente os professores, de todos os níveis de ensino, o pessoal de saúde, especialmente os médicos,

enfermeiros e técnicos de saúde, em geral, que mesmo com as conhecidas dificuldades conjunturais, não têm abdicado do seu papel de servir a sociedade;

- ❖ os nossos Administradores distritais, nossos Comandantes na Luta Contra a Pobreza no distrito, pelo empenho, dedicação e criatividade demonstrados e pela sua capacidade de lidar com a população;
- ❖ as mulheres e os jovens moçambicanos, pela dianteira que têm estado a assumir na entrega dos moçambicanos nas várias missões da pátria, constituindo, por isso, o expoente máximo de manifestação de dedicação na luta contra pobreza;
- ❖ as instituições da sociedade civil, nossas parceiras na promoção do desenvolvimento social e económico;
- ❖ os Líderes e comunidades religiosas, pelo seu contributo na educação cívica, na promoção da cultura de paz, diálogo e bem-estar da sociedade;
- ❖ as instituições privadas que, através de acções de responsabilidade social, têm contribuído na promoção da educação, da saúde, do desporto da cultura, entre outras bem como na mitigação dos efeitos das calamidades naturais;
- ❖ os Órgãos de Comunicação Social e seus profissionais, pela assídua, crítica e criativa divulgação da informação nacional e internacional bem como na formação, educação da sociedade e na construção da consciência patriótica e de cidadania;
- ❖ os nossos concidadãos portadores de deficiência, que mesmo com as dificuldades que ainda enfrentam têm se engajado de forma proactiva, à luz da nossa agenda de governação, na busca de soluções não só para a sua

situação, como também na mudança de atitude e comportamento da sociedade;

- ❖ os profissionais da Cultura, particularmente da música, dança, teatro, cinema, literatura, fotografia, humor e de outras expressões culturais e artísticas que no seu quotidiano e de forma abnegada, têm contribuído na valorização e preservação do nosso património histórico e cultural;
- ❖ os Líderes Comunitários pela sua contribuição na organização, mobilização e enquadramento das comunidades nas acções de luta contra a pobreza; e
- ❖ os parceiros de desenvolvimento pelo seu valioso e contínuo apoio às instituições do Estado e ao Povo Moçambicano.

5. Guiámo-nos, Excelências, como sempre, pelo nobre ideal e prática de Unidade Nacional que nos tem permitido motivar, engajar, enquadrar e responsabilizar os moçambicanos de todos os estratos, camadas e grupos sociais, de diversas origens, crenças e filiações político-partidárias nas tarefas do desenvolvimento desta Pátria de Heróis.

6. Guiámo-nos ainda pela auto-estima que, uma vez mais, despertou o orgulho de ser moçambicano, a valorização do que é nosso e a força de lutar pelo bem-estar pessoal, familiar e da Nação.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

7. A Nação moçambicana constrói-se com referências:

- ❖ dos seus mais queridos filhos que protagonizam feitos de particular realce;
- ❖ de locais de especial significado histórico; e

❖ de manifestações singular dimensão nacional e internacional.

8. Neste contexto, vários eventos serviram de plataforma da consolidação da Nação. Dos mais marcantes, realçamos o vasto programa de exaltação dos nossos heróis e locais históricos, com particular destaque para:

❖ a consagração de 2009, como Ano Eduardo Mondlane, o Arquitecto da Unidade Nacional e figura lendária do nosso processo de libertação;

❖ a celebração dos 75 anos depois do nascimento de Samora Moisés Machel, proclamador da nossa Independência Nacional, primeiro Presidente da República; e

❖ a celebração dos 40 anos após a morte de outros destacados jovens da Geração do 25 de Setembro nomeadamente, Filipe Samuel Magaia, Tomás Nduda, John Issa, Mateus Sansão Muthemba, José Macamo e Paulo Samuel Kankhomba, que derramaram o seu sangue pela nossa libertação.

9. Enche-nos de particular alegria, a proclamação como Património Cultural:

❖ de Matchedje, no Niassa, aldeia que acolheu o II Congresso da FRELIMO, por ocasião das celebrações dos 40 anos da realização deste evento histórico;

❖ da aldeia de Nwadjahane, em Gaza, berço do Presidente Eduardo Mondlane; e

❖ de Chilembene, em Gaza, terra natal do Presidente Samora Machel;

10. Celebramos ainda a proclamação, pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), sob proposta do nosso Governo, do Nyau e da Timbila, como Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.

11. Momentos de realce na vida da Nação que contribuíram para o reforço da Unidade Nacional, através da convivência entre moçambicanos de diferentes origens étnica, cultural, racial, religiosa e social foram os festivais nacionais dos jogos desportivos escolares e da cultura.
12. A II Conferência Nacional sobre Cultura foi o culminar de reflexões e debates que tiveram início nos distritos e continuaram nas províncias sobre o papel e lugar da cultura no desenvolvimento social e económico da Nação moçambicana. O conhecimento que resultou deste evento será de uma valiosa contribuição no processo da planificação do desenvolvimento integrado do nosso Moçambique.
13. Outro momento de encontro nacional foi o percurso, por todo o País, por ocasião dos 30 anos da Independência Nacional, da Chama da Unidade, símbolo da nossa coesão. Esperar, tocar, receber e transportar a tocha, ao lado da Bandeira Nacional, gerou momentos de júbilo popular, de festas espontâneas, de manifestações de patriotismo e sentimento de pertença à mesma Pátria.
14. A conquista de medalhas, pelos nossos desportistas, proporcionou a Nação momentos de muita alegria, nomeadamente, no Basquetebol Feminino e Masculino, Atletismo, Ténis, Hóquei em Patins, Voleibol e Tang So Doo.
15. Estas celebrações, homenagens e manifestações têm o condão de assegurar a preservação da História do Povo Moçambicano, registando nos seus mais preciosos anais, a heroicidade e talento dos moçambicanos e manter viva a chama da Unidade Nacional. Elas contribuem, em grande medida, no combate às tentativas de distorção da nossa história, de subestimar a bravura, criatividade e habilidades dos moçambicanos na reconquista de sua identidade nacional.

SENHORES DEPUTADOS,

- 16. A consolidação do nosso Estado de Direito Democrático é uma prioridade na nossa acção governativa. Isto explica o nosso empenho na edificação de uma Administração Pública que impulse o desenvolvimento, através da sua maior eficiência e eficácia e da observância de normas ético-deontológicas pelos funcionários e agentes do Estado, que têm por tarefa melhor servir o cidadão e as instituições. Isto também ilustra, porque embarcamos no combate ao burocratismo, o espírito de deixar andar e à corrupção e pelo fortalecimento dos órgãos locais.**

- 17. Na prossecução deste desiderato, temos estado a impulsionar Reformas no Sector Público, em particular, através:**
 - ❖ da desconcentração e descentralização;**
 - ❖ da implementação da estratégia e do plano nacional anti-corrupção;**
 - ❖ da profissionalização da Função Pública; e**
 - ❖ da gestão estratégica dos recursos humanos do Estado e sua motivação, através da implementação da política salarial de médio prazo.**

- 18. Um dos resultados da descentralização foi o aumento do número das autarquias de 33 para 43. Este processo está a alargar e a consolidar a plataforma de maior envolvimento do cidadão na busca de soluções aos seus problemas.**

- 19. No quadro da implementação destas reformas, a mudança de atitude na administração pública no País é notória, desde a repartição até aos serviços integrados, como sejam, os Balcões de Atendimento Único. De igual modo, registamos maior celeridade na tramitação do expediente, com realce para o licenciamento do exercício da actividade económica.**

20. Na consolidação do Estado de Direito Democrático temos estado a prestar particular atenção ao sistema de administração da justiça como um dos seus pilares fundamentais. Defendemos assim, uma justiça mais célere, mais transparente e cada vez mais próxima do cidadão.
21. A aprovação da legislação pertinente ao melhor funcionamento do Sistema de Administração da Justiça, da sociedade e da economia, a implementação de um programa de reformas na legislação tanto material como processual têm estado a garantir a adequação da dinâmica do desenvolvimento aos ditames do Estado de Direito que estamos a consolidar no quotidiano.
22. O combate ao crime foi sempre matéria da nossa atenção. Temos, para maior sucesso das nossas acções, estado a envolver as comunidades, particularmente através do policiamento comunitário.
23. A formação, capacitação e profissionalização de quadros deste sistema e sua colocação a vários níveis, priorizando os distritos, tem também em vista capacitar o Estado no combate ao crime.
24. A formação, atendendo as necessidades específicas de cada instituição do Sistema, visa garantir o respeito pelos Direitos Humanos, particularmente o respeito pela vida humana, em estrita observância às normas ético-deontológicas que orientam a actuação dos profissionais do Sistema de Administração da Justiça. É este respeito pela vida e o cumprimento das normas que vão nos assegurar que nas nossas instituições prisionais não se perca a vida humana, por negligência profissional.
25. Ainda no contexto do respeito pela vida humana, reafirmamos que cabe somente aos Tribunais julgar e condenar com base nas leis em vigor no nosso País. Por isso, desencorajamos e condenamos quaisquer práticas de actos que visem fazer a justiça pelas próprias mãos.

26. Temos vindo a tomar medidas que se têm reflectido na melhoria do desempenho de cada uma das instituições integrantes do sistema, por um lado, e na sua maior coordenação, por outro.
27. Estas acções são complementadas pela construção dos palácios de justiça, pela institucionalização de formas alternativas de resolução de litígios e pela expansão dos serviços de assistência jurídica ao cidadão.
28. Acima das dificuldades, o caminho percorrido motiva-nos a continuar, com confiança, a trabalhar por um Moçambique cada vez mais justo e próspero, em que o respeito dos direitos e liberdades dos cidadãos, apanágio do Estado de Direito Democrático, se promova e cultive em cada cidadão e, sobretudo, em cada agente e funcionário do Estado.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

29. A Presidência Aberta e Inclusiva revelou-se numa metodologia apropriada e motivadora, de contacto directo com o nosso Povo, com as instituições e com os diferentes segmentos da sociedade, para deles colher ensinamentos sobre a gestão de assuntos comunitários e sobre o processo de tomada de decisão e com eles partilhar experiências sobre a luta contra a pobreza.
30. Nessa interacção com o nosso maravilhoso Povo, expusemos a nossa Governação à avaliação popular e, do diálogo resultou uma apropriação colectiva dos ganhos e partilha dos desafios e perspectivas.
31. Para além desta, o nosso País submeteu-se voluntariamente à avaliação no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares, uma decisão que resulta do nosso cometimento de envolver a nossa sociedade na identificação e discussão dos assuntos de interesse nacional, o que tem permitido apresentar propostas de solução, onde se revelarem fraquezas.
32. Este mecanismo é complementar a outras iniciativas internas sob forma de fóruns de consulta e avaliação, como sejam o

Observatório do Desenvolvimento, a Comissão Consultiva do Trabalho e as Reuniões Anuais com a Confederação das Associações Económicas.

33. Iniciamos a nossa governação, Minhas Senhoras, Meus Senhores, dando maior expressão e protagonismo ao Distrito, como pólo de desenvolvimento e base de planificação social e económica do nosso País. Neste contexto, foi alocado o Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais, conhecido como os sete milhões, direccionado para a produção de mais alimentos e criação de mais postos de trabalho, gerando renda para as famílias.
34. Com os sete milhões, iniciamos uma mudança do paradigma de desenvolvimento, isto é, o beneficiário passou a ter um papel de protagonista neste processo. Resgatando e consolidando a auto-estima, induzimos maior confiança na geração de capacidades locais, particularmente na exploração dos recursos naturais disponíveis, alguns dos quais subaproveitados.
35. No centro deste processo de mudança está o Conselho Consultivo, um dos mecanismos de participação da população na Governação. O envolvimento da comunidade e a influência da sociedade civil na identificação das prioridades de desenvolvimento local ganhou assim um novo ímpeto.
36. Um ganho fundamental alcançado é a utilização deste mecanismo pelas comunidades na prestação de contas pelos dirigentes, contribuindo, desta forma, para uma gestão mais transparente do bem público.
37. A vida nos Distritos conheceu uma nova dinâmica, como resultado da descentralização da planificação e gestão de recursos humanos. Com efeito, a decisão sobre as promoções e progressões e sobre o recrutamento de técnicos já é tomada a nível distrital.
38. Em complemento aos sete milhões, os distritos passaram a dispôr dos orçamentos de funcionamento e de investimento bem como de outros fundos descentralizados, nomeadamente, para a construção

acelerada de salas de aula, para a manutenção de estradas e para a abertura de furos de água potável. Disto resulta:

- ❖ a emergência de pequenos empresários locais nas áreas de agro processamento, confecção de vestuário, latoaria, materiais de construção, aumentando o nível de negócios e valorizando a mão de obra e talentos locais;
- ❖ o início da prestação de mais serviços a nível distrital;
- ❖ o aumento da produção, da produtividade e de áreas de cultivo;
- ❖ a introdução, em alguns distritos, da prática de horticultura, piscicultura, avicultura e apicultura, entre outras, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional;
- ❖ a introdução e relançamento da produção de determinadas culturas e de tecnologias de produção; e
- ❖ o aumento da massa monetária em circulação no distrito e na valorização do metical.

39. Ainda no quadro da incidência das nossas actividades no distrito, asseguramos que mais cidadãos tenham acesso à água potável. Foi em resultado deste desempenho que nas zonas rurais, subimos a taxa de cobertura de 40%, em 2004, para 52%, em 2008. Isto propiciou a redução das distâncias a percorrer, o que tem reduzido o índice de doenças diarreicas nas áreas cobertas, resultando em grandes avanços na promoção da saúde pública.

40. Não obstante os resultados positivos alcançados, os sete milhões, colocam-nos ainda desafios, particularmente de capacitação de todos os intervenientes na concepção, aprovação, implementação, monitoria e avaliação dos projectos. Por outro lado, importa que continuemos empenhados na capacitação do empresariado local para poder realizar empreitadas de média dimensão, financiadas pelos outros fundos descentralizados pois, o nosso compromisso é

assegurar que estes fundos, incluindo os sete milhões, circulem e tenham crescente impacto social e económico no distrito.

SENHORES DEPUTADOS,

41. Temos vindo a implementar as nossas políticas direccionadas à contínua melhoria de condições de vida do nosso Povo, numa conjuntura de ocorrência de várias adversidades.
42. Uma das adversidades que em muito abalou a nossa economia foi a crise de petróleo, que se consubstanciou numa subida contínua e persistente de preços de combustíveis. A título elucidativo, o preço médio do barril passou de cinquenta dólares, em 2004, para noventa dólares, em 2008, atingindo o valor máximo de cento e quarenta dólares no mesmo ano.
43. Sendo Moçambique um país importador de combustíveis, esta crise levou à diminuição do volume de importações e conseqüente aumento do custo do combustível, com efeitos na vida económica e social.
44. Outra adversidade com impacto negativo na vida do nosso Povo, foi a subida vertiginosa do preço de cereais em que, por exemplo, o preço do arroz, por tonelada, passou de cento e quinze, dólares americanos em 2007, para setecentos e vinte, em 2008.
45. Estas duas adversidades afectaram profundamente o quotidiano de cada um de nós e precipitaram a perturbação da ordem e tranquilidade públicas, tendo resultado em danos materiais e prejuízos para muitas famílias e sectores de actividade.
46. Para além das adversidades acima referidas confrontamo-nos com outras, sendo de mencionar as seguintes:
 - ❖ as calamidades naturais cíclicas, como a seca, as cheias e os ciclones, gravadas pelas mudanças climáticas globais, que causaram perdas de vidas humanas e destruíram casas e culturas diversas e infra-estruturas públicas e privadas;

- ❖ as queimadas descontroladas, de diferentes proporções, ocorridas em várias partes do território nacional, que resultaram em danos humanos e materiais;
- ❖ as explosões do paiol de Mahlazine que semearam luto e dor, e destruíram bens nas cidades de Maputo e Matola;
- ❖ os actos de xenofobia na África do Sul que se saldaram na morte de concidadãos nossos e na perda dos seus bens; e
- ❖ a actual crise financeira internacional, cujas consequências exactas são ainda imprevisíveis, mas que o seu impacto já se faz sentir em diferentes sectores de actividade e famílias, exigindo de todos nós, serenidade, atitude de contenção e concertação de acções na busca de alternativas.

47. Mesmo nestas circunstâncias adversas, com a participação do nosso maravilhoso Povo e apoio da comunidade internacional, implementamos medidas inter-sectoriais que resultaram na mitigação dos efeitos dessas perturbações e crises. Asseguramos assim, a nossa coesão e a manutenção de um ambiente favorável para continuarmos a levar a cabo, como um Povo, a grandiosa missão de edificarmos uma Nação próspera.
48. A operacionalização do distrito como pólo de desenvolvimento, passa pelo maior investimento na educação e saúde. Logramos, neste quadro, alargar a rede escolar, a todos os níveis, com enfoque para os ensinos básico, técnico profissional, superior público e privado e formação de professores.
49. O número total de escolas do ensino geral, em todo o País, cresceu de forma significativa tendo passado de cerca de dez mil, em 2004, para cerca de doze mil, em 2008. Este crescimento reflectiu-se no aumento do número de ingressos, tendo passado dos cerca de quatro milhões, em 2004, para cerca de cinco milhões de alunos, em 2008.

50. O nosso compromisso de formação do capital humano tem se traduzido no aumento das instituições de ensinos técnico-profissional e superior, públicas e privadas, em todas as províncias, algumas das quais sediadas nos distritos e numa nova dinâmica de graduações. Particular realce neste alargamento é a maior aposta na formação de profissionais de educação, de saúde e da agricultura.
51. Estão a funcionar, até ao presente momento, setenta e quatro escolas do Ensino Técnico Profissional, em todo o País, oferecendo uma gama de cursos, incluindo os de utilidade prática e imediata para as nossas comunidades. Isto permitiu graduar até 2008 cerca de sete mil profissionais, contra os cerca de quatro mil e quinhentos graduados, em 2004.
52. Constitui motivo de celebração que tenhamos crescido de 17 para 38 instituições de ensino superior entre 2004 até ao presente momento. De cerca de dois mil oitocentos graduados passamos para mais de dez mil e quinhentos. Hoje, a Nação moçambicana conta com mais de sessenta mil estudantes universitários.
53. A sociedade testemunhou igualmente o alargamento das actividades:
- ❖ de extensão e pesquisa universitárias; e
 - ❖ de ensino à distância, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação, já acessíveis em todas as capitais provinciais e num número crescente de distritos, através dos Centros Multimédia Comunitários e Telecentros.
54. Com efeito, hoje, notamos, com orgulho, que mais moçambicanos frequentam os ensinos primário, secundário, técnico-profissional e superior, em todo o País, em resposta à nossa aposta de formação do capital humano, competitivo a nível nacional, regional e internacional, com consideração das potencialidades económicas das diferentes províncias do nosso País.

55. Apraz-nos notar a forma como os estudantes universitários, pela dinâmica de vida existente nos Distritos, de forma entusiástica e espontânea, se organizaram à volta do movimento “ Férias no Distrito”. Através desta iniciativa os estudantes:

- ❖ interagem com outros jovens, com funcionários e com a população, trocando experiências;
- ❖ apoiam o Governo Distrital nas actividades de Planificação; e
- ❖ buscam oportunidades de emprego.

56. Em resultado deste processo, alguns destes jovens já estão enquadrados em actividades produtivas a nível distrital, no âmbito da prerrogativa que os Distritos têm de recrutar técnicos. Na verdade, hoje é notável a presença, nos distritos, de técnicos com formação superior em diferentes áreas.

57. A par da expansão do ensino, temos vindo a tomar medidas direccionadas à melhoria da sua qualidade, a todos os níveis, dentre as quais se destacam:

- ❖ a melhoria na distribuição do livro escolar gratuito;
- ❖ a reforma no sub-sistema de formação de professores;
- ❖ a eliminação da contratação de novos docentes sem formação profissional;
- ❖ a criação do sistema nacional de acreditação, avaliação e garantia de qualidade e do seu órgão implementador;
- ❖ a implementação da Estratégia de Formação de Professores do Ensino Superior;

- ❖ o relançamento da extensão universitária;e
- ❖ a entrada em funcionamento do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do ensino superior.

58. Os sucessos alcançados na área de desporto, em muito, têm estado a valorizar as nossas intervenções:

- ❖ na reorganização das Federações e Associações Desportivas;
- ❖ no desenvolvimento das infra-estruturas desportivas;
- ❖ na alocação de recursos financeiros;
- ❖ no acompanhamento regular das actividades desportivas; e
- ❖ no diálogo permanente com os nossos desportistas.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

59. A formação de mais profissionais de saúde, o alargamento da rede sanitária e a elevação da qualidade de serviços de saúde têm, igualmente, estado a ter impacto de relevo nos Distritos. Foram assim colocados mais médicos e outros profissionais de saúde. Em termos de cobertura passamos de 62 distritos, em 2004, para 115, neste momento, com pelo menos um médico.

60. Esta notável presença de profissionais de saúde nos distritos, conjugada com a construção, a reabilitação, o apetrechamento de unidades sanitárias e a afectação de ambulâncias a todos os distritos, tem vindo a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde para muitos moçambicanos.

61. Pela primeira vez, nos últimos vinte anos, o número de casos de Malária e de mortes por esta doença registou uma redução progressiva. Para tal, contribuíram as medidas de pulverização

intra-domiciliária, cujo sucesso contou com a colaboração do nosso Povo e a melhoria do seu diagnóstico e tratamento.

62. Ilustra este sucesso, o facto de, a nível nacional, a partir de 2007, os casos de Malária terem reduzido para cerca de 24% e os de morte reduzido para cerca de 35%.
63. As réplicas da campanha do saneamento do meio e de promoção de higiene individual e colectiva têm estado a contribuir para tornar irreversíveis estes sucessos e para combater a cólera e outras doenças diarreicas.
64. As iniciativas presidenciais de combate contra o HIV-SIDA e pela saúde da mãe e da criança visavam uma maior consciencialização dos moçambicanos, representados pelos diferentes segmentos e extractos sociais, sobre os efeitos tanto do HIV-SIDA como da Saúde da mãe e da criança na família, na sociedade e na economia. Foi consenso, nestes encontros, que estas áreas constituem já um problema de saúde pública e que devemos agir individual e colectivamente de forma célere para reduzir o seu impacto sócio-económico.
65. Estas iniciativas replicaram-se nas províncias e nos Distritos, tendo tido impacto nas acções de prevenção, tratamento e mitigação do HIV-SIDA e no aumento de partos institucionais cuja taxa de cobertura passou de 48%, em 2005, para 55%, em 2008.
66. Assim, expandimos a oferta do tratamento anti-retroviral de 19 distritos, em 2004, para os 128 distritos do País, o que nos permite massificar este tratamento em benefício dos nossos compatriotas infectados, tendo passado dos cerca de seis mil, em 2004, para cerca de cento e trinta e cinco mil, em 2008.
67. Temos a responsabilidade individual, colectiva e institucional de alterar a tendência do alastramento de infecções por HIV-SIDA, implementando a nossa Estratégia de Aceleração da Prevenção da Infecção pelo HIV. O nosso objectivo é assegurar que o HIV/SIDA não destrua:

- ❖ a família;
- ❖ o ambiente familiar para educação das nossas crianças; e
- ❖ as nossas conquistas na formação do capital humano, sobretudo na nossa Administração Pública e no sector empresarial, comprometendo as nossas perspectivas de desenvolvimento.

68. Em relação à saúde materna, do recém-nascido e da criança o nosso compromisso consiste na redução contínua e irreversível das mortes de crianças e mulheres e da garantia de um ambiente apropriado de saúde à nossa sociedade, particularmente nas zonas rurais. Por isso, é importante a continuação dos investimentos tanto na formação de quadros como na melhoria de serviços.

69. Como tivemos a ocasião de informar a esta Magna Casa, em Dezembro do ano passado, a Lepra, Senhores Deputados, deixou de constituir um problema de saúde pública na nossa Pátria Amada.

70. O nosso comprometimento para com a causa da igualdade do género leva-nos a tomar medidas que reforcem a valorização da mulher nas esferas social, económica e política de modo a assegurar que a família, como instituição de transmissão de valores e centro de criação da personalidade humana, se fortaleça. Com efeito, as diferentes medidas tomadas traduziram-se, por exemplo:

- ❖ em mais ingresso da rapariga no ensino e a concluir diferentes níveis de formação escolar e académica;
- ❖ na adopção do plano nacional contra a violência da mulher; e
- ❖ na promoção da participação da mulher nas esferas económica e política.

71. Como resultado destas medidas, notamos, por um lado, uma maior consciência da sociedade em relação aos direitos da mulher, mais jovens do sexo feminino a concluírem diferentes níveis de ensino, particularmente técnico-profissional e superior. Por outro lado, é mais visível a representação da mulher nos Órgãos de Soberania, na Administração Pública e no sector empresarial.
72. Temos, igualmente, constatado que na sociedade moçambicana ocorrem acções com vista à protecção da criança, da pessoa portadora de deficiência e idosa. Neste quadro, alargam-se os programas de assistência social e acções de solidariedade de moçambicano para moçambicano, relevantes na integração social e na mitigação da pobreza dos nossos concidadãos.
73. Estas acções de solidariedade são complementadas pela crescente oferta de serviços públicos apropriados para que os nossos idosos, órfãos e concidadãos com deficiência visual, auditiva, físico-motora, atraso mental, fala e outros grupos vulneráveis possam elevar a sua auto-estima.
74. Temos estado empenhados na busca de soluções sustentáveis e duradoiras para o problema dos Desmobilizados de Guerra, no âmbito do Acordo Geral de Paz. Neste processo, contamos com o envolvimento e participação das diferentes associações, representantes destes nossos compatriotas.
75. A concertação social privilegia e aprofunda o diálogo tripartido, reforçando a parceria entre o Governo, os empregadores e trabalhadores. Nesta concertação, os parceiros discutem o desempenho da economia e contribuem com suas opiniões, sempre valiosas, o que permitiu, por exemplo, a criação de consensos para a fixação de salário mínimo por diferentes sectores de actividade.
76. Através do nosso empenho na valorização e protecção do trabalhador temos logrado:
 - ❖ imprimir maior celeridade no pagamento das pensões usando serviços bancários;

- ❖ oferecer serviços de segurança social a outras categorias de trabalhadores;
- ❖ repôr a legalidade em várias instituições empregadoras, o que contribuiu no respeito dos direitos dos trabalhadores e normas de segurança no trabalho; e
- ❖ acelerar o pagamento do subsídio de funeral.

77. Através da Estratégia de Emprego e Formação Profissional, temos estado pois, a promover emprego para milhares de compatriotas nossos e iniciativas de formação profissional e de auto-emprego.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

78. A reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) para o controlo do nosso Estado criou oportunidades ao sector energético para uma maior dinamização da economia do País e de aceleração da electrificação dos distritos.

79. A expansão de rede Nacional de Transporte de Energia, impulsionou as nossas acções de electrificação. Desta expansão resultou a ligação de mais trinta e duas Sedes Distritais em Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza, tendo aumentado o número de consumidores de energia de cerca de duzentos e oitenta e quatro mil, em 2004, para cerca de seiscentos e quinze mil consumidores, em 2008.

80. Com a ligação de Pemba e Lichinga à Rede Nacional de Transporte de Energia, todas as capitais provinciais passaram a estar ligadas à esta rede.

81. Adicionalmente e com base em sistemas isolados, como painéis solares e geradores a diesel, temos vindo a electrificar mais postos administrativos e localidades.

82. Com a provisão da energia através destes sistemas, criou-se um ambiente para emergência de pequenos negócios onde o Povo passou a usar, para além da própria energia, os sistemas de

comunicação como rádios e telefones celulares. As unidades sanitárias passaram a ter melhores condições para a conservação de vacinas.

83. Ainda no sector de energia, a construção de bombas de combustíveis, tem aumentado o número de operadores de venda de petróleo nas zonas rurais facilitando o Povo na sua aquisição.
84. A nossa meta, Senhores Deputados, é electrificarmos todo o nosso Moçambique. A nossa prioridade, agora, é ligarmos todas as Sedes Distritais à Rede Nacional de Transporte de Energia e a partir daqui expandir para todos os Postos Administrativos e Localidades.
85. Continuamos a explorar cada vez mais o potencial energético de que dispomos, desenvolvendo acções que visam a exploração de mais fontes de energia, particularmente, as energias novas e renováveis, interligando-as à infra-estrutura de transporte de energia.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

86. No contexto do desenvolvimento rural integrado, o nosso compromisso é assegurar o aproveitamento racional e sustentável dos recursos hídricos, faunísticos, florestais e minerais com respeito à biodiversidade, protegendo os ecossistemas.
87. A agricultura no distrito deve garantir a segurança alimentar e nutricional do nosso Povo. A nossa intervenção neste sector permitiu-nos criar uma capacidade de produção local de sementes das culturas alimentares básicas como sejam, o milho, mapira, arroz, feijões e amendoim.
88. Nas nossas primeiras acções no contexto da Revolução Verde, operacionalizada pelo Plano de Acção de Produção de Alimentos, os distritos passaram a ter responsabilidades específicas na

produção de determinadas culturas. Ainda no quadro deste plano foi possível:

- ❖ relançar os produtores familiares e de pequena escala;
- ❖ aumentar os serviços de extensão; e
- ❖ aumentar a nossa produção de cereais e leguminosas.

89. Na produção de cereais, apostamos nas culturas de arroz e do trigo, com particular realce. Com efeito, relançamos em grande escala a produção do arroz em Chókwe, Gaza e Nante na Zambézia. A produção de arroz a nível nacional passou de cento e setenta e quatro mil toneladas na campanha 2004/2005, para duzentos e seis mil toneladas na campanha 2007/2008.
90. A título ilustrativo, a produção global de cereais passou de um milhão e novecentas mil toneladas, na campanha 2004/2005, para dois milhões e trezentos mil toneladas, na campanha 2007/2008.
91. Depois de três décadas, Moçambique retomou, Senhores Deputados, com uma entusiástica aderência dos nossos produtores, a produção do trigo. As áreas onde esta cultura espiga, podem ser vistas nos distritos de Lago, Sanga, Muembe e Lichinga em Niassa, Sussundenga e Bárue em Manica, Xai-Xai e Chókwe em Gaza, Manhiça em Maputo. Em Tsangano, Tete, intensificou-se a produção deste cereal ainda no âmbito da implementação do Plano de Acção de Produção de Alimentos e em cumprimento das responsabilidades do distrito na produção do trigo.
92. Como pudemos constatar, o relançamento da produção do arroz, trouxe oportunidades para o continuo crescimento do nosso empresariado, na medida em que o fornecimento de insumos e equipamentos associados à esta cultura, abre espaço para investimento privado. Este desafio também se coloca a cultura do trigo.

93. No debate sobre as culturas de rendimento, como cana-de-açúcar, tabaco, castanha de caju e jatropha, defendemos que elas têm um grande contributo para o desenvolvimento do país. No entanto, elas não devem prejudicar a produção de alimentos.
94. No domínio da actividade pecuária, como resultado das nossas múltiplas intervenções, registamos o aumento do efectivo do gado bovino de um milhão e duzentas mil cabeças, em 2004, para mais de um milhão e seiscentos mil, presentemente. O número de produtores familiares passou de cento e setenta e sete mil, em 2005, para trezentas e cinquenta e quatro mil famílias, neste momento. Este incremento significou mais gado de corte e para produção leiteira e tracção animal.
95. Para o contínuo sucesso das nossas acções na agricultura, continuamos a prestar particular atenção ao acesso, uso e rentabilização da água no sector bem como à cadeia de valor, com particular ênfase para a produção, processamento, armazenamento, comercialização e consumo.
96. O sector empresarial é um importante parceiro do Governo na operacionalização do Distrito como Pólo de Desenvolvimento. O nosso empenho tem se traduzido na criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de negócios, através, por exemplo, do apoio na recuperação da capacidade dos operadores do sector comercial para desempenharem o seu papel na cadeia de valor do sector produtivo. Neste sentido, os fundos descentralizados para a gestão directa dos distritos têm vindo a contribuir na revitalização e intensificação da actividade comercial e empresarial naquelas unidades territoriais.
97. Assim, está sendo possível trazer ao sector formal os operadores informais, através da simplificação do licenciamento comercial, introduzindo o imposto simplificado para pequenos contribuintes, o que trouxe os nossos concidadãos ao sistema tributário nacional.
98. A divulgação do potencial turístico do nosso País, conjugada com:
- ❖ a crescente melhoria dos serviços turísticos e afins;

- ❖ a revitalização da exploração dos parques;
- ❖ a formação dos recursos humanos; e
- ❖ investimentos nas infra-estruturas turísticas está a tornar esta Pérola do Índico, num destino turístico privilegiado.

99. Deste modo, a actividade turística, nas suas mais diversas modalidades, tem estado a contribuir para a dinamização da actividade social e económica nos distritos.

100. Temos vindo, Minhas Senhoras, Meus Senhores, a tomar medidas, no contexto do conflito Homem-Fauna Bravia, para garantir a protecção das populações, e a sua segurança alimentar, pois, para nós, o Homem é o epicentro do desenvolvimento. Temos estado igualmente a promover a protecção da biodiversidade, para assegurar o equilíbrio ecológico e os rendimentos que decorrem da sua exploração sustentável, para as comunidades.

101. As iniciativas de apoio ao empreendedorismo na área do turismo têm se reflectido no despoletar do interesse de mais moçambicanos na exploração da actividade turística e negócios afins.

102. Os investimentos no sector dos recursos minerais têm um impacto na economia nacional pois, têm estado a promover emprego para milhares de moçambicanos e a criar várias oportunidades de negócio, de pequena e média dimensão, nos distritos da sua implantação.

103. Estes investimentos têm estado a induzir, por exemplo em Moatize, Tete, o aumento da demanda na imobiliária, restaurantes e hotéis, transportes e serviços diversos, cuja satisfação constitui ainda desafio para o empresariado.

104. O escoamento do carvão de Moatize, bem como o transporte de outros bens e mercadorias criam oportunidades de investimento

público e privado para encontrar alternativas adicionais à Linha de Sena.

105. A nossa visão nos transportes é garantir a implantação de um sistema de transporte intermodal eficiente e que responda às exigências do desenvolvimento da Nação e do distrito, em particular. A operacionalização deste sistema vai colocar à disposição do cidadão, um serviço integrado de transporte com facilidades de opção, interligação e permuta. A revitalização das empresas públicas de transporte de passageiros, através da alocação de meios circulantes, como autocarros, embarcações para travessia, automotoras e a frota de aeronaves enquadra-se nesta visão.
106. Registamos avanços na melhoria de transporte de pessoas e bens. O troço da Linha de Sena, já reabilitado, assegura que o comboio escale os Distritos de Dondo, Muanza, Cheringoma, Marromeu, transportando pessoas e facilitando o escoamento da produção mineira, açucareira e cerealífera.
107. O nosso compromisso é colocar as tecnologias de informação e comunicação ao serviço do nosso Povo e do desenvolvimento de Moçambique, o que passa pela sua disponibilização a nível de todos os Distritos. Na materialização deste compromisso, apraz-nos notar o crescimento na área de telefonia fixa onde registamos uma cobertura de 68 distritos, em 2004, para 116, em 2008, e na telefonia móvel expandimos de 73 distritos, em 2004, para 111, em 2008.
108. Do que fizemos até hoje, conseguimos que, em termos globais, passássemos de cerca de setenta e cinco mil beneficiários dos serviços de telefonia fixa, em 2004, para oitenta mil, em 2008. Na telefonia móvel passamos de cerca de seiscentos mil beneficiários, em 2004, para quatro milhões em 2008.
109. Com a chegada da fibra óptica a Nampula, Pemba e Lichinga passamos a ter todas as capitais provinciais interligadas através desta infra-estrutura que oferece maior volume de circulação de

informação, incluindo serviços de internet, com fiabilidade e em tempo real.

110. Notamos, com satisfação, Senhores Deputados, que mercê da implementação desta nossa visão nas tecnologias de informação e comunicação, hoje mais distritos estão ligados entre si, à Nação e ao mundo, através das telefonias fixa e móvel.
111. As estradas e pontes têm um contributo de grande relevo para ligar os centros de produção e os mercados. Foram neste quadro, realizadas diferentes intervenções com vista a melhorar a transitabilidade e segurança rodoviárias, na circulação de pessoas e bens.
112. A criação da capacidade financeira nos Distritos, através dos fundos descentralizados, veio dinamizar as acções de reabilitação e manutenção das vias de acesso a nível local. Essas acções são complementadas pelas intervenções a nível central que resultaram na reabilitação de alguns troços e na construção das Pontes de Moamba, em Maputo; do Guijá, em Gaza, de Lugela, na Zambézia, de Meluli, em Nampula e de Luambala, em Niassa, entre outras.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

113. A construção da ponte sobre o Rio Zambeze, nosso Orgulho Nacional, catalisador da nossa economia e ponto de encontro e reencontro da nossa moçambicanidade, está concluída.
114. A ligação entre Chimuara, no distrito de Mopeia e Caia, no distrito do mesmo nome, simboliza e cristaliza a ligação rodoviária permanente entre diferentes partes do nosso belo Moçambique, propiciando:
 - ❖ o contacto e conhecimento mútuos entre moçambicanos;
 - ❖ a consolidação da amizade entre pessoas que representam a diversidade sócio-cultural do nosso País; e

❖ a pluralidade política dos moçambicanos.

115. A ponte sobre o Rio Zambeze propicia ainda a circulação intensa e ininterrupta de bens produzidos em vários cantos desta Pátria de Heróis, facilitando a interligação e maior dinamização da nossa economia, à escala nacional.

116. Esta realização, Senhores Deputados, reforça o sentimento da Unidade Nacional, sonho de Eduardo Mondlane e de outros Obreiros da nossa nacionalidade.

117. O nosso enfoque no sistema financeiro consistiu:

❖ no alargamento da base e rede tributárias;

❖ na expansão da banca, cuja rede bancária passou de 28, em 2004, para 44 Distritos, no presente momento;

❖ na valorização da nossa moeda, o Metical; e

❖ na implantação do sistema de pagamento electrónico de despesas (e-sistafe), em mais de 50 distritos;

118. A dinamização da actividade produtiva e comercial impulsionou:

❖ a colecta da receita interna e sobre o comércio internacional;

❖ o incremento das exportações de bens; e

❖ o aumento das reservas internacionais.

119. Com a melhoria do ambiente de negócios, logramos atrair mais investimento público e privado, o que tem impulsionado a criação de mais postos de trabalho.

120. Em resultado destas nossas intervenções na economia, o País logrou alcançar resultados positivos, não obstante as adversidades que assolaram o nosso País, tendo a taxa média do

Produto Interno Bruto se situado em 7,7%, cifra que está dentro dos parâmetros do Quinquénio.

SENHORES DEPUTADOS,

121. Temos estado a honrar o nosso compromisso de garantir a soberania nacional, a independência e integridade territorial. Para o efeito, pautamos pela implementação rigorosa das disposições constitucionais sobre as forças de defesa e segurança, o que tem assegurado o exercício normal da soberania, da manutenção das Ordens Pública e Democrática, do funcionamento normal das instituições e da economia.
122. No âmbito da nossa política externa defendemos a consolidação da SADC como nossa organização de integração regional. Neste contexto, contribuímos na estabilização política da República do Zimbabwe e com agrado, notamos, que após a formação do Governo Inclusivo do Zimbabwe saído do Acordo Político Global:
 - ❖ consolida-se a confiança mútua entre as partes;
 - ❖ a SADC deu apoio multiforme ao Plano de Recuperação Económica;
 - ❖ a situação política e económica regista melhorias; e
 - ❖ a comunidade internacional dá sinais encorajadores de apoio ao processo.
123. Contribuímos ainda, nas acções político-diplomáticas da SADC e da União Africana de busca da paz duradoira na República Democrática do Congo.
124. Em relação ao Madagáscar, defendemos uma solução negociada do diferendo entre as Partes, com vista a reposição da ordem constitucional.
125. As nossas visitas a vários países de África, Américas, Ásia e Europa, as visitas ao nosso País de altos dignitários estrangeiros,

dentre eles Chefes de Estado e de Governode países irmãos e amigos e a nossa participação em fóruns internacionais foram uma oportunidade para testemunharmos o prestígio que o nosso País goza no concerto das Nações.

126. Da nossa actuação na política externa e de cooperação conseguimos assegurar:

- ❖ o apoio directo ao Orçamento do Estado que foi conhecendo uma evolução crescente, tanto no número de parceiros envolvidos, como no volume de recursos postos à nossa disposição;
- ❖ o perdão ou cancelamento de parte da nossa dívida externa;
- ❖ a atracção de mais investimento estrangeiro e turistas;
- ❖ a reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o País;
- ❖ a supressão de vistos com países Membros da SADC com fronteira comum;
- ❖ a abertura do nosso mercado à região no quadro da Zona de Comércio Livre; e
- ❖ o reforço das relações de amizade, solidariedade e de cooperação com outros países, Povos e organismos internacionais.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

127. Mesmo tendo a consciência de que muito ficou ainda por fazer, temos que capitalizar os resultados significativos que alcançamos no distrito, de modo a acelerar o desenvolvimento da nossa economia e da nossa sociedade. Para o efeito, precisamos de:

- ❖ consolidar o processo de descentralização em curso;

- ❖ consolidar a implementação da estratégia de Revolução Verde; e
- ❖ atrair mais investimentos nas infra-estruturas de apoio, de forma integrada, sustentável e duradoira.

128. O nosso desafio é continuar:

- ❖ a consolidar o nosso Estado de Direito Democrático, a Unidade Nacional, a nossa auto-estima e a cultura de Paz;
- ❖ a promover a cultura de trabalho e de poupança;
- ❖ a garantir os serviços sociais básicos;
- ❖ a tomar parte activa nos processos de manutenção da paz e integração regional e continental, procurando estabilidade política e económica para convivência harmoniosa dos Povos; e
- ❖ Assegurar o acompanhamento e apoio às comunidades moçambicanas no exterior;

SENHORES DEPUTADOS,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

129. Estamos a escassos três meses da realização das nossas Quartas Eleições Presidenciais e Legislativas e Primeiras para as Assembleias Provinciais. Pelo seu significado e valor para o nosso Povo, nossa história e para construção do Estado de Direito Democrático, apelamos à participação massiva de todos os moçambicanos, com idade de votar, no recenseamento eleitoral em curso e a exercerem o seu direito cívico de votar no dia 28 de Outubro próximo.

130. Por isso, exortamos o Povo Moçambicano, do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo a fazer destas eleições um momento de consolidação da Unidade Nacional, de promoção da cultura de

Paz, de tolerância, e do respeito pelas instituições e a Lei e pela pluralidade política, abstendo-se, de forma inequívoca, de todas as formas de manifestação de violência e de perturbação à Ordem e Tranquilidade Públicas.

131. Agradecemos a Vossas Excelências, Senhores Deputados e, por vosso intermédio, a todo o Povo Moçambicano pela entrega resoluta na materialização da nossa Agenda Nacional de luta contra a pobreza.

132. Dentro de três dias, a Nação moçambicana, esta Pátria de Heróis, celebra 34 anos da Proclamação da Independência Nacional. Foi graças a esta independência que os moçambicanos puderam assumir a merecida responsabilidade de traçar o seu próprio destino. Estamos aqui hoje e a partir deste pódio, para com a honra e o privilégio que nos assistem anunciar, Excelências, que temos um Estado:

- ❖ que respeita a pluralidade política;
- ❖ amante da paz;
- ❖ em franco desenvolvimento;
- ❖ com estabilidade macroeconómica;
- ❖ com sentido de solidariedade nacional;
- ❖ com prestígio internacional;
- ❖ contribuinte para a paz e estabilidade da região e do mundo; e
- ❖ com visão clara do rumo a seguir na luta contra a pobreza e pelo nosso bem estar.

**MUITO OBRIGADO, PELA VOSSA
ATENÇÃO**